ASSEMBLEIAS DE DEUS EM VIAS DE MIDIATIZAÇÃO: ENTRE DIZERES E SILÊNCIOS

ASSEMBLIES OF GOD IN WAYS OF MEDIATIZATION: BETWEEN SAYS AND SILENCE

Catiane Rocha Passos de Souza[1]

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é analisar fragmentos de memórias que informam sobre as operações constitutivas e as condições do processo de midiatização das igrejas Assembleias de Deus no Brasil. O percurso analítico considera os postulados de Eliseo Verón quanto ao fenômeno midiatização. O *corpus* de análise se constitui de atas, documentos, publicações diversas que registram, desde a década de 30, a luta por poder interno subsumindo o "carisma" a uma direção burocrática. A partir da década de 80, as disputas de poder ultrapassaram os limites institucionais, alcançaram outros espaços como bancadas parlamentares,

1. Graduada em Letras (UESB), especialista em Língua Portuguesa (UESB) e em Metodologia do Ensino Superior (FACE), Mestre em Linguística (UFAL). Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade do IHAC-UFBA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) - Campus Salvador. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo 3 (UFBA). Email: catirochapassos@gmail.com. Orientadora: Prof. Dra. Rita de Cássia Aragão Matos.

empresas de telecomunicações e o mercado cultural. Enfim, ao analisar o percurso da midiatização das Assembleias de Deus é possível compreender os desdobramentos desse processo na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Midiatização. Assembleias de Deus. Televisão.

Abstract: The main objective of this work is to analyze fragments of memoirs that inform about the constitutive operations and conditions of the process of mediatization of Assemblies of God churches in Brazil. The analytical course considers the postulates of Eliseo Verón regarding the phenomenon of mediatization. The corpus of analysis consists of minutes, documents, and various publications that record, since the 30s, the struggle for internal power subsuming the "charisma" to a bureaucratic direction. Since the 80s, power disputes have surpassed institutional boundaries, reaching other areas such as parliamentary benches, telecommunications companies and the cultural market. Finally, analyzing the mediatization process of the Assemblies of God, it is possible to understand the consequences of this process in contemporary Brazilian society.

Keywords: Midiatization. Assemblies of God. Television.

1 Introdução

Inevitável pensar a religião na contemporaneidade sem tratar de sua relação com a mídia. O acesso ao conhecimento, bem como aos novos modos de sociabilidade provenientes das tecnologias midiáticas, prolifera símbolos, discursos e posicionamentos religiosos nos diversos espaços sociais como numa espécie de "reencantamento do mundo", uma reação contrária à secularização anunciada pela modernidade. A proliferação de novas religiosidades surge como a nova dimensão dessa relação atemporal, pois religião e mídia nunca estiveram desassociadas uma da outra. No artigo "Afinal, o que é mídia?", Rodrigues (2016) esclarece como o termo latino *médium* (no plural, *media*) foi introduzido no in-

glês, no final do século XIX, nos Estados Unidos da América, por conta do uso do telégrafo, da fotografia e do rádio nas sessões espíritas kardecistas. A questão não está na etimologia, mas na capacidade de a mídia tornar concreta ou possível a ligação com o sagrado:

> Religião e mídia pertencem uma à outra porque o próprio ato da comunicação mediada implica questões fundamentais sobre os limites da experiência humana – os nossos corpos frágeis, nossas memórias falhas, a dificuldade de manter contato com outros distantes – e o sonho da comunhão desencarnada e transcendente (Stolow, 2014, p. 150).

Nessa perspectiva, a mídia é importante para a materialização da experiência religiosa e para a ampliação da própria capacidade de "crença" do homem em algo transcendental. A concepção de Verón (2011) do fenômeno midiatização nos leva a pensar na religião enquanto um campo midiatizado em seu modo de existência, pois o sentimento religioso se desenvolveu conforme evoluíram os dispositivos de mediação que geraram e popularizaram crenças. Estudar a midiatização da religião não é tratar do uso dos meios de comunicação por alguma igreja, mas investigar como esse processo reorientou as práticas religiosas. Segundo Verón (2014, p. 16), pela explicação histórica das apropriações que a comunidade faz dos dispositivos técnicos, os momentos cruciais do processo de midiatização podem ser alcançados. Seguindo essa orientação, rastreamos fragmentos que nos conduzem à leitura do pentecostalismo midiatizado. Para isso, partiremos das Assembleias de Deus (ADs), pois é uma denominação que atravessou todas as ondas do Pentecostalismo Brasileiro (Freston, 1993). O processo de midiatização das ADs passou por várias etapas e se tornou mais visível a partir da proibição do uso da TV. As ADs proibiam inúmeras práticas sem gerar grandes tensões, a polêmica da proibição do uso da TV é proveniente da falta de sentido em frear o processo iniciado desde suas primeiras décadas no país, quando a liderança se apropriou das lógicas de funcionamento da mídia.

2 Imprensa pentecostal: a "boa semente" de midiatização das ADs

Campos (2004, p. 148) aponta que a "queda" dos evangélicos pela mídia nasce na própria Reforma Protestante quando Lutero publicou suas 95 teses escritas, além de traduzir a Bíblia, facilitando ao povo o acesso ao texto impresso graças à prensa de Gutenberg. Herdeira da "religião do livro da capa preta", a Assembleia de Deus desponta em solo brasileiro nas figuras de missionários distribuindo Bíblias, folhetins, produzindo revistas e jornais. Assim como Lutero que aproxima a religião do povo pelo uso da imprensa e de sua língua, os suecos fundadores das ADs foram empenhados em aprender a língua e em usar a imprensa.

A implantação da AD brasileira sofreu forte influência da imprensa pentecostal norte-americana. Os missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg denominaram[2] o primeiro grupo por "Missão da Fé Apostólica" (1911-1918) por inspiração do jornal *The Apostolic Faith* (A Fé Apostólica) produzido pelo pastor Seymour líder do "Avivamento da Rua Azuza" em Los Angeles, Califórnia (EUA). Desde a primeira década de existência no Brasil há produção de jornal impresso como principal mecanismo apologético, de evangelismo e de ensinamento doutrinário das Assembleias de Deus. Para Alencar (2013) foi sinônimo de modernidade: "Assembleianos pobres na periferia tinham a seu dispor neste momento um elemento incontestável de distinção social, mesmo muitos sendo semiletrados (talvez a grande maioria), mas de posse de um livro grande – a Bíblia – e de um jornal, ascendiam em importância" (Alencar, 2013, p. 138).

O primeiro Jornal "Voz da Verdade", produzido de novembro de 1917 a janeiro de 2018, durou pouco talvez por seu caráter interinstitucional, seu redator principal era um pastor batista, ou por fatores financeiros visto que era um jornal de distribuição gratuita (Araújo, 2014, p. 907-908). Em

2. O nome Assembleias de Deus aparece em registros a partir de 2017, sendo oficialmente registrado em 11 de janeiro de 1918 por Gunnar Vingren em Cartório de Belém (PA).

dezembro de 1918 foi fundado em Belém do Pará por Gunnar Vingren o primeiro jornal oficial das ADs, o "Boa Semente", que circulou de 1919 a 1930. Em 1923 foi montada a primeira tipografia das ADs que além do jornal publicou opúsculos, calendários, hinários e revistas da Escola Dominical. Foi um grande empreendimento em vista das condições dos assembleianos, pois a produção de impressos exigia aos membros a capacidade de leitura, exigência não observada aos pobres em nenhum outro espaço social da época:

> "Qual é a instituição vigente nas raias da pobreza deste país que exige alfabetização de seus membros? Uma exceção: ADs. Ser membro das ADs, por mais pobre, rural ou subempregado que seja, significa possuir, andar com, e manusear uma Bíblia. E ler. Em determinadas localidades, o único pobre que tem um livro em casa é o membro da AD. Ademais, desde 1923, assembleianos também precisam ler e estudar a revista da EBD" (Alencar, 2013, p. 21).

O declínio do ciclo da borracha aumentou as taxas de analfabetismo no Norte e o êxodo às demais regiões brasileiras. Esse contexto resultou na criação, em 1929 no Rio de Janeiro, do segundo periódico assembleiano de distribuição gratuita. Fundado também por Gunnar Vingren, "O Som Alegre" circulou e ganhou fama entre os assembleianos de todo país (Araújo, 2014, p. 820). Esse sucesso incomodou os pastores brasileiros, principalmente nordestinos que visavam substituir a liderança sueca. Acredita-se também que se deve ao fato de Frida Vingren, esposa do Gunnar Vingren, possuir efetiva e ampla participação na direção da igreja e do jornal do Rio de Janeiro: "Com o apoio do marido, era ela quem, na prática, dirigia *O Som Alegre*" (Daniel, 2004, p. 34). Se ainda hoje o ministério feminino é proibido nas ADs, nos anos 20 e 30 era intolerável qualquer iniciativa feminina de liderança.

Por conta do sucesso do Som Alegre e da participação de Frida, a liderança das ADs resolveu convocar todos os pastores para a primeira Convenção Geral, em Natal (RN), em 1930. Por decisão dessa reunião, substituiram os dois pe-

riódicos por um de circulação nacional, o "Mensageiro de Paz" (MP). "As tensões se agravaram consideravelmente e, em 15 de agosto de 1932, Vingren e família voltam para a Suécia" (Alencar, 2013, p. 133). Antes dessa Convenção de 1930 que fundou a CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), os pastores se reuniam periodicamente para estudar a Bíblia, eram Escolas Bíblias sem caráter burocrático-normalizador. A CGADB se apropriou da imprensa, uniformizou e regulamentou as orientações teológicas e doutrinárias, instituiu o MP como único meio oficial das ADs, se constituindo em um órgão de poder decisório soberano nas ADs em todo o território brasileiro. A centralidade do MP resultou na unidade teológica e doutrinária nacional, em todas as ADs e igrejas dissidentes. O MP, diferentemente dos dois jornais anteriores de distribuição gratuita, já instalou desde o primeiro número, em 1 de dezembro de 1930, o sistema de assinaturas e vendas avulsas, com edições quinzenais.

A CGADB proibiu a produção de qualquer outro jornal nas ADs, com ênfase na ideia de unidade nacional. Em 1933, na AD de Recife/PE surgiu o jornal "Voz Pentecostal", que foi extinto no ano seguinte por determinação da CGADB. Na década de 40, outra iniciativa de quebra da hegemonia do MP partiu da AD em Salvador-BA, o Jornal "Voz Evangélica", também extinto pela CGADB em 1946. A política de silenciamento (Orlandi, 2007) de outras vozes impressas nas ADs foi estabelecida até os anos 80 quando uma dinâmica de mudanças afetou as ADs. Ainda hoje, o MP é o principal periódico ligado à CGADB, mas ao passo que muitos pastores das ADs romperam com a CGADB outros periódicos foram surgindo. A imprensa já era usada pelos assembleianos brasileiros como meio de evangelismo e ensinamento desde 1918, a grande mudança a partir de 1930 não está na utilização da imprensa, mas na interpenetração que torna imprensa e religião como intersistemas autorreferenciais, auto-organizantes e auto-poiéticos (Verón, 2013, p. 298). A imprensa assembleiana criou seus mecanismos de inteligibilidade, foi única no campo do pentecostalismo brasileiro por quase todo o século XX, reformulou às ADs institucionalmente, estabeleceu unidade dos ensinamentos teológicos, validou os mecanis-

mos de identificação da religiosidade pentecostal dos quais se apropriam quase todas as igrejas pentecostais brasileiras até os dias atuais.

3 O pentecostalismo no "ar": a Voz das Assembleias de Deus

A mídia impressa foi, desde o princípio, aceita e produzida pelos pentecostais, diferentemente do rádio e da televisão. Enquanto as ADs brasileiras demonizavam os meios de comunicação de massa, nos Estados Unidos, desde os anos 20[3] pentecostais se apropriaram do rádio para evangelismo, o que só acontece no Brasil a partir dos anos 50. Restrito às elites que não eram e não são até hoje o alvo da pregação das ADs, o rádio na década de 20 não ocasionou nenhuma polêmica que tenha gerado algum registro nos encontros de líderes das ADs.

A criação da CGADB e a popularização da radiodifusão nos anos 30 repercutiram: os crentes[4] mais organizados institucionalmente queriam pregar para o público em geral que se encantava com o rádio e suas programações, além disso, as rádios nessa época lançavam as bases de criação para uma poderosa indústria cultural no país, possuíam auditórios, orquestras, contratavam artistas e profissionais diversos. Nesse contexto, outro missionário sueco nas ADs do Brasil, Albert Widmer, lança dois questionamentos na CGADB, em 1937: "É lícito pregarmos o Evangelho pelo rádio? E podem as ADs participar de uma associação evangélica de transmissão pelo rádio?" (Daniel, 2004, p. 128). A primeira pergunta gerou muitos debates naquele encontro, segundo a Ata. Era o início dos debates institucionais em torno dos fluxos do processo de midiatização das ADs: a produção no rádio seria criar uma

3. Em 1922, Aimee Semple McPherson, famosa pregadora pentecostal norte-americana, já utilizava o rádio. Em 1924, Aimee Semple construiu em Los Angeles uma das primeiras estações comerciais de rádio.

4. O termo "crente" no Brasil é adotado, sobretudo, com referência ao evangélico pentecostal.

espécie de concorrência aos trabalhos nos templos, além do risco de os crentes terem acesso à mídia secular.

A igreja não interpretou como pecado o evangelismo pelo rádio, embora não achou prudente possuir programas e estações de rádio, um mecanismo de coibir a entrada do aparelho de radiodifusão nos lares assembleianos. Era resistência à secularização não à midiatização, mas como desgarrar esses dois processos? A decisão foi: "Não devemos (...) nos associarmos a tais sociedades, pois, como pentecostais que somos, devemos estar separados de tudo que possa tolher a nossa liberdade que temos em Cristo; mas, quanto a ter o microfone para irradiar as pregações, podemos" (Daniel, 2004, p. 129).

Nesse episódio, a frase de um dos presentes foi registrada em Ata: "Eu creio que se os crentes estiverem cheios do Espírito Santo, já temos o nosso rádio". Nesse enunciado, o rádio aparece como substituição ou analogia ao Espírito Santo. Nesse sentido, a apropriação do dispositivo técnico-midiático transformaria o evangelismo no resultado de operações técnicas, ou seja, tendo o rádio não precisaria do "Espírito Santo" para pregar. Aqui se registrou a tensão entre o processo de midiatização e a religiosidade pentecostal, mas não se trata de uma voz oficial, é uma voz particularizada na fala de um membro que não foi nominado na Ata. Seguindo essas pistas, destacam-se duas posições em tensão, os líderes em prol da evolução do processo de midiatização, mas resistentes à secularização, e o silêncio de seguidores (sem vozes) que não distinguiam midiatização de secularização.

Apesar de enfrentar oposições, conforme aponta Araújo (2014, p. 724), o missionário norte-americano Lawrence Oslon leva ao ar o primeiro programa de radioevangelismo das ADs, em 1947, na Rádio Cultura de Lavras (MG), na verdade se tratava da radiotransmissão dos cultos[5]. Em

5. Esse tipo de transmissão era comum nos EUA, pois perceberam que os ouvintes sintonizavam mais programas gravados nos locais dos eventos do que nos estúdios: "O que os programas careciam quanto à qualidade, eles supriam, em igual medida, no drama, estímulo e expectativa" (Araújo, 2014, p. 722).

1950, em Curitiba (PR), o pastor José Gomes Moreno, levou ao ar o programa "Voz Evangélica das Assembleias de Deus" pela Rádio Guairacá. Como, em geral, os programas tinham a presença de auditório e as gravações musicais evangélicas eram raras na época, a banda musical, o coral e a orquestra da AD de Curitiba faziam participação no Programa que ia ao ar às quartas-feiras, 22h.

Em janeiro de 1955 pela Rádio Tamoio (RJ), Lawrence Oslon lança o programa "Voz das Assembleias de Deus": "O programa "Voz das Assembleias de Deus" tornou-se um marco na evangelização do país. Como muitas igrejas estavam transmitindo o programa pelos altos falantes dos templos, recomendava-se pelas páginas do Mensageiro da Paz, que outras fizessem o mesmo" (Araújo, 2014, p. 724). A divulgação do programa no MP significava que era um programa legitimado pela CGADB. Transmitir nos altos falantes das igrejas retardava a chegada do aparelho radiotransmissor nos lares assembleianos. Importante destacar que o programa era transmitido tradicionalmente às 22h30min nos domingos, depois do culto, ou seja, um horário que não concorria com as atividades dos templos. O programa permaneceu no ar até 1989, quando o missionário Lawrence Oslon retornou aos EUA. Como o programa "Voz das Assembleias de Deus" contou com apoio e participação dos diversos líderes da CGADB desde sua primeira transmissão, outros foram surgindo adotando o mesmo nome, como atestando a "autorização" do evangelismo no rádio.

O que havia mudado para em 1955, sem mesmo oficializar, produzirem programa no rádio e transmitirem-no nos templos das ADs? A década de 50 foi um divisor de águas no processo de midiatização do Pentecostalismo brasileiro, em seus dois primeiros anos chegaram ao Brasil duas novidades norte-americanas que juntas, mais tarde, redefiniram todo o movimento pentecostal: em 1950, a televisão chega ao país por Assis Chateaubriand, e em 1951, o missionário Harold Edwin Willians funda a Igreja Quadrangular no Brasil que até 1955 alcançou muitos seguidores com a Cruzada Nacional de Evangelização em tendas milagrosas itinerantes.

Os assembleianos no início dos anos 50 não podiam ouvir rádio, principalmente, porque não tinham condição financeira de possuir aparelhos de rádio ou TV. No entanto, frequentavam as praças, principalmente para realização de cultos ao ar livre. Os aparelhos de TV eram colocados nos lugares públicos, logo, a novidade tornou-se conhecida dos crentes, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo. Por isso, tão cedo (1957) a televisão se tornou tema de debates na CGADB. Nesse contexto, o apoio dos líderes das ADs à produção de programa no rádio em 1955 pode ter sido um mecanismo de conter a euforia dos crentes frente à novidade da televisão. Além disso, com a concorrência da televisão, as ADs encontraram novas condições de produção nas emissoras de rádio.

Não apenas o rádio sofria o impacto de uma concorrência carregada de novidades aos olhos dos moradores das metrópoles. O movimento de cura das tendas nos anos 50 conseguiu juntar multidões e trouxe para o Brasil um tipo de pregação concentrada na realização de prodígios. O movimento já era comum nos Estados Unidos, inclusive pelo rádio, desde os anos 40: “os pentecostais começaram a orar pelos doentes através do ar e a enviar lenços ungidos a pessoas que os solicitavam” (Araújo, 2014, p. 723). As cruzadas itinerantes perderam força como recurso evangelístico por conta do uso do rádio e, posteriormente, da televisão, mas a onda das curas divinas continuou forte por toda a década de 60, principalmente pelo rádio. Em 1961, a Rádio Copacabana foi palco do nascimento da primeira igreja totalmente midiática no Brasil: Igreja Pentecostal de Nova Vida, fundada por Roberto McAlister, pregador canadense que, com menos de um ano era fenômeno de audiência. Pode-se dizer que McAlister foi o precursor do neopentecostalismo no Brasil, pois, além de se apropriar completamente das lógicas das mídias, elementos da teologia da prosperidade são reconhecidos em seu trabalho.

Consideravelmente a década de 50 foi revolucionária tanto no processo de midiatização da sociedade brasileira quanto no processo de sua “renovação” no campo religioso.

Logo, os anos 60 se tornou a era de "fogo"[6] do rádio, quando passou a ser palco da conversão pentecostal de igrejas históricas[7] (batistas, presbiterianas e metodistas). Gomes (2003) apontou no ano de 1961 a estimativa de 346 programas católicos, 331 programas evangélicos e 107 espíritas, quando o percentual oficial de católicos no país era de 94%. A Rádio Copacabana, por exemplo, teve quase toda sua grade com programas evangélicos (Araújo, 2014, p. 726).

As ADs tinham vários programas no rádio, mas a CGADB não oficializou nenhum. Como as proibições eram declaradas, o silêncio significava "autorização". Desse modo, os crentes compreenderam que, caso desejassem, poderiam possuir o rádio em suas casas, o assunto foi silenciado oficialmente, mas os debates extraoficiais foram muitos[8]. As tensões na produção/reconhecimento do rádio se repetiram nos debates sobre a TV, pois, embora sejam formidáveis para o evangelismo, aproximam o religioso dos discursos seculares. Abrir mão dessas mídias significava correr risco de frear o crescimento diante da proliferação de igrejas (neo)pentecostais a partir da década de 70, abrir mão do ascetismo seria perder sua identidade, enfim, preferiram conviver com as tensões, logo, com os silêncios institucionais.

4 Da proibição à "renovação" da televisão brasileira

Na segunda metade dos anos 50 o Brasil estava vivendo a euforia da corrente nacional-desenvolvimentista de caráter liberal sob a perspectiva de superação do subdesen-

6. O termo "fogo" é muito usado no universo pentecostal, significa, principalmente, manifestação do Espírito de Deus.

7. Pastores batistas como Enéas Tognini, de Perdizes (SP), e José Rego do Nascimento, da batista de Lagoinha, Belo Horizonte (MG), lançaram programas de rádio com o nome de "Renovação Espiritual", seguidos de outros pregando a mensagem pentecostal.

8. Por exemplo, o artigo do pastor Francisco Assis Gomes, na Revista "A Seara" (CPAD, 1969), chama "radiolatria" a substituição dos cultos pelos programas de rádio, faz diversas críticas ao uso do rádio e à presença do rádio nos lares dos crentes (Araújo, 2014, p. 727).

volvimento brasileiro. Em 1957, o Brasil já contava com 10 emissoras e se iniciou o processo de transmissão para o interior de São Paulo. As igrejas evangélicas ainda não tinham se promovido por meio da TV brasileira[9], mas nos EUA faziam três anos de atividades contínuas de uso da TV no meio pentecostal: "Em 1954, Oral Roberts começou o uso pioneiro da televisão para um ministério pentecostal, ao transmitir suas cruzadas nacionais em tendas" (Araújo, 2014, p. 841). Prevendo o uso breve da TV pelos grupos pentecostais brasileiros em emergência, nas ADs "em 1957, sete anos após as primeiras transmissões da TV brasileira, a Convenção Geral das Assembleias de Deus, reunida na AD de Belo Horizonte (MG), debateu o uso da televisão pelos crentes assembleianos. Os convencionais decidiram-se pela proibição, sob pena de exclusão dos crentes que assistissem ou possuíssem o aparelho" (Araújo, 2014, p. 843). Entre 1965 e 1967, o canadense Robert McAlister da Igreja de Nova Vida apresentava o primeiro programa pentecostal na TV brasileira, entrevistando pessoas com testemunhos de milagres, orando e sugerindo que o telespectador colocasse a mão sobre a tela.

A repercussão desse tipo de evangelismo via televisão provocou uma nova dinâmica que afetou todo o movimento pentecostal. A "religião do contato" possível com o desenvolvimento dos dispositivos midiáticos acionavam o ocular como novo componente da *semiosis* social. Embora não apareça nos registros da história oficial das ADs, encontramos na biografia do missionário assembleiano Bernhard Johnson Jr[10] aproximação entre seu ministério e a "religião do contato": criou a "Cruzada Boas Novas" (1964-1995), mesma metodologia das tendas itinerantes, escreveu o livro "Como receber a cura divina", possuía dois programas semanais na Rádio Clube de Varginha (MG) e um programa de televisão na década de 60: "Na década de 60, manteve um programa evan-

9. O primeiro programa evangélico na TV brasileira foi o "Fé para hoje", apresentado pelo pastor Alcides Campolongo, da Igreja Adventista no Rio de Janeiro, em 1962.

10. Na época, pastor de ADs no sul de Minas Gerais, fundou a Convenção Estadual das ADs daquele estado, era membro da CGADB.

gelístico na televisão, intitulado *Palavras de Vida*, sendo o pioneiro do evangelismo televisivo nas Assembleias de Deus brasileiras" (Araújo, 2014, p. 404). Não encontramos registros sobre esse programa que seria o primeiro das ADs na TV brasileira. O silêncio quanto a essa iniciativa e outros não ditos no histórico da denominação funcionam como mecanismo de manutenção da unidade doutrinária: como anunciar um programa de TV das ADs nos anos 60 quando a igreja proibia incisivamente o uso dessa mídia? Apesar dos silêncios, imputados pela proibição, que significam negar a realidade, havia assembleiano, em plena década de 60, produzindo na TV e outros consumindo.

Diante desse cenário, a plenária da CGADB, em 1968, lança a questão: "É lícito ao crente possuir televisão em sua casa?". Com melhor condição de possuir o eletrodoméstico[11] e sucesso dos televangelistas norte-americanos, havia pressão para que os líderes revessem a decisão de proibir a TV nos lares assembleianos. Dois meses antes dessa reunião, o MP publicara uma página inteira sobre a "Campanha Nacional de Boas Novas", do pastor Bernhard Johnson Jr. Novamente, a CGADB recomendou aos fieis de que não assistissem a TV e proibiram os pastores e obreiros de possuírem o aparelho em casa. Em 1971 o assunto voltou a ser citado na reunião da CGADB, pois a resolução de 1968 havia gerado afastamentos e suspensão àqueles que possuíam o aparelho de TV, obrigando os crentes a se desfazer dos televisores. Em 1973, aconteceu uma votação com o seguinte resultado: "a Convenção resolveu, por maioria absoluta de votos de seus membros presentes, condenar o uso de TV pelos perigos espirituais que ele produz" (Daniel, 2004, p. 424).

Com a finalidade de reforçar essa identidade pentecostal assembleiana é que a CGADB em 1975 aprova oficialmente normas gerais de usos e costumes para todas as ADs

11. A Ditadura Militar (1964) implantou uma política de incentivo ao desenvolvimento da TV brasileira que estimulou a produção nacional de aparelhos de TV, barateando o preço dos aparelhos, e tornou disponíveis empréstimos a juros baixos para a população adquirir aparelhos de TV, criando, em 1968, lei que permitia o crédito em até 36 prestações (Jambeiro, 2001, p.78-79).

do Brasil. Essa resolução teve um papel histórico-ideológico, pois a oficialização das normas serviu para distinguir uma identidade assembleiana dos demais pentecostais. A centralização da imprensa criou uma unidade na fundamentação teológica do campo pentecostal, mas as regras de Usos e Costumes tinham por objetivo distinguir as ADs dentro desse campo. Na mesma reunião realizada em 1975, na cidade de Santo André (RJ), iniciou-se um debate sobre os televangelistas, pois em 1974 houve uma polêmica quando no MP (nº08) trouxera uma nota anunciando transmissão nacional pela Rede Tupi de uma série de pregações do famoso norte-americano Billy Graham: "A nota dizia também que muitos crentes iriam receber seus amigos e vizinhos para assistirem as pregações, e algumas igrejas tinham planos para colocar aparelhos de televisão no próprio templo e convidar todos para assistirem juntos" (Araújo, 2014, p. 846). Entre os anos 75 a 80 diversos televangelistas pentecostais se destacaram na televisão brasileira. Acostumados a produzir os espetáculos nas tendas, os pregadores pentecostais dominaram com eficiência os mecanismos do espetáculo televisivo. Nenhuma outra forma de religiosidade se integrou tão bem ao universo da televisão brasileira como o pentecostalismo.

A década de 80 foi um período de transformações no Brasil, na televisão e na religião. Sem nenhuma mudança de postura oficial da CGADB quanto ao uso da TV, dois programas assembleanos estreiam em 1981: (1) "Renascer", apresentado pelo Pastor Silas Malafaia da AD da Penha (RJ); e (2) "Boas Novas no Lar", da AD de Belém (PA). Nessa década, se destacou na televisão brasileira o norte-americano, da AD dos EUA, Jimmy Swaggart. Em 1985 a reunião da CGADB, em Anápolis (GO), teve parte do evento transmitido pelo programa "Bom dia, Anápolis" da TV Tocantins. O que havia mudado, entre 1975 e 1985, que provocara essa transformação da postura da CGADB? A novidade era a presença de pregadores (neo)pentecostais brasileiros na televisão, sobretudo de Edir Macedo e RR Soares, dissidentes da Igreja Nova Vida do pastor canadense McAlister, que fundaram a Igreja Universal do Reino de Deus em 1977.

Mais que a presença dos televangelistas brasileiros, o tipo de religiosidade que começou a ser ofertado por eles contribuiu para que as ADs se engajassem na produção televisiva. Outro elemento decisivo para que as ADs começassem a produzir na televisão foi seu envolvimento na política, conforme indicam as pautas da CGADB. Esse interesse das ADs na política eleitoral não surgiu espontaneamente, mas da preocupação em acompanhar o desempenho da IURD cujos candidatos se comprometiam a defender os interesses institucionais. Atualmente, a política é também mecanismo de vínculo às igrejas, ou seja, ser crente pentecostal requerer, agora, uma militância política, ou melhor, um posicionamento em prol dos projetos eleitorais partidários lançados pela liderança assembleiana.

A apropriação da TV pelos assembleianos reconfigurou todo o discurso ascético, no sentido de que resistir à midiatização era lutar contra a secularização. Na medida em que o crente produz e reconhece a TV se inclui enquanto integrante do mundo terreno, se posiciona enquanto cidadão que não mais nega o mundo, mas deseja transformá-lo. Depois de 1985 outros programas das ADs surgem na TV. Nos anos 90, o projeto evangelístico "Década da Colheita" trazia 18 orientações/objetivos que especificavam várias ações, citando inúmeros meios de divulgação, "uso da mídia", mas omitindo o termo televisão. Em janeiro de 1993, a AD de Manaus (AM) comprou a Rede Brasil Norte de Rádio e Televisão, que passou a se chamar Rede Boas Novas (RBN). Dias após a compra o Pr. Samuel Câmera da AD de Manaus, em reunião da CGADB, "lançou a proposta de as Assembleias de Deus montarem uma rede de televisão, mas alguns pastores ocuparam a tribuna para proporem um voto de repúdio à Assembleia de Deus no Amazonas e a Samuel Câmara por estarem introduzindo televisão na igreja" (Araújo, 2014, p. 849). Em 1994 a AD de Belém (PA) compra a TV Guajará que passou a ser afiliada à RBN. Em 1996, na Rede Manchete, aconteceram as primeiras transmissões para todo país do Programa "Movimento Pentecostal" promovido pela CGADB que nesse período solicitou ao Ministério das Comunicações uma rádio e um canal de TV. Em 1997, através do satélite

Jesus Sat da Rede Boas Novas da AD do Amazonas, os cultos da CGADB foram transmitidos ao vivo pela TV.

Em 2000, a Resolução de 1975 que proibia o uso da TV foi atualizada e publicada na Revista Obreiro, publicação da CPAD (Casa Publicadora das ADs) destinada a líderes. O texto da comissão trata das mudanças como uma atualização de linguagem. Em 2011, na CGADB, a TV volta a ser centro das atenções e resultou numa nova atualização, publicada no Mensageiro da Paz N°. 1.512/maio 2011.

Quadro 1: Resumo das Resoluções da CGADB sobre televisão

1957	"Os convencionais decidiram-se pela proibição, sob pena de exclusão dos crentes que assistissem ou possuíssem o aparelho" (Araújo, 2014, p. 843).
1968	"Considerando os efeitos maléficos que os programas de televisão têm causado à comunidade evangélica, principalmente à família, a Convenção geral resolveu aprovar a seguinte proposta: 1) Os pastores e evangelistas da Assembleia de Deus no Brasil não devem usar aparelhos televisores; 2) Os que já a possuem, devem desfazer-se delas até a próxima Convenção; 3) Os obreiros devem recomendar às igrejas que se abstenham do uso de televisores; 4) Que os que possuem desfaçam-se dos mesmos a fim de evitar a suspensão" (Daniel, 2004, p. 399).
1973	"A Convenção resolveu, por maioria absoluta de votos de seus membros presentes, condenar o uso de TV pelos perigos espirituais que ele produz" (Daniel, 2004, p. 424).
1975	"Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as igrejas se abstenham do seguinte: (...) 7) Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde" (Daniel, 2004, p. 438-439).
1999	"Quanto aos oito princípios da resolução, uma maneira de colocar numa linguagem atualizada é: [que as igrejas ADs se abstenham de] (...) 5) Mal uso dos meios de comunicação: televisão, Internet, rádio, telefone (I Co 6.12 e Fp 4.8)" (Daniel, 2004, p. 581).
2011	Que as igrejas se abstenham de: (...) 5) Mal uso dos meios de comunicação: televisão, Internet, rádio, telefone (1 Co 6.12; Fp 4.8);(...) 7) Os Ministros das Assembleias de Deus deverão orientar seus fiéis quanto aos programas veiculados na TV brasileira ou em qualquer outro de imagem e som, os quais venham provocar distorções litúrgicas e confusões teológicas (MP N° 1.512/maio 2011).

Fonte: CGADB

A atualização da resolução (1999) não se limita à linguagem, como aponta o documento, diz respeito à mudança no modo de vida do assembleiano, buscando acompanhar o processo de midiatização da sociedade. De 1957 até 1999 há explícita a determinação para que os fiéis se afastem da TV, a partir de 1999 o documento recomenda que o crente se abstenha do mau uso. Assim, há uma declaração institucional que trata do uso da televisão pelos assembleianos sem que haja antes uma liberação oficial dessa prática. O não dito quanto à autorização oficial para o acesso à televisão pelos assembleianos não pode ser compreendido como uma "falha", a autorização se efetivou quando as ADs passaram a produzir na TV, principalmente a CGADB, a partir de 1985.

A atualização de 2011 manteve os pontos já existentes com acréscimo da seguinte norma: "Os Ministros das Assembleias de Deus deverão orientar seus fiéis quanto aos programas veiculados na TV brasileira ou em qualquer outro de imagem e som, os quais venham provocar distorções litúrgicas e confusões teológicas" (MP, 2011). É uma norma destinada aos ministros para que orientem os assembleianos a filtrar os programas religiosos na TV. Não dizem quais são os programas, nem porque provocam distorções litúrgicas e confusões teológicas. Entretanto, sua formulação tem relação direta com o desligamento da CGADB do Pastor Silas Malafaia em 2010, anunciado na TV pelo próprio televangelista. O episódio do desligamento de Silas Malafaia explicitou a disputa de poder político e econômico nas ADs cujo palco era a TV. Criar uma nova norma no código moral assembleiano por revanchismo descaracteriza o sentido religioso das normas e, nesse caso, do comportamento ascético.

O processo de midiatização das ADs se constitui com discursos moralistas, de resistência à secularização e à midiatização como mecanismo de controle dos fieis em prol da manutenção de lideranças no poder. Esses efeitos de sentido interpenetram o modo como os sujeitos assembleianos reconhecem a televisão, tais efeitos se materializam em discursos que apontam a TV, sobretudo, alguns programas e canais, enquanto inimigos da fé cristã. Embora advertências sobre a internet circulem nos discursos assembleianos, a apropriação

da TV continua a polemizar normas de condutas oficiais e não oficiais para esses religiosos.

5 Considerações Finais

O declínio no crescimento da Assembleia de Deus a partir da década de 50, as cisões no seio da própria igreja e a proliferação de dissidentes não são frutos de divergências teológicas, mas são questões midiáticas, como cita Alencar (2010): "há muita diferença entre uma cura e/ou exorcismo ser realizado num templo da AD (na periferia da cidade, como sempre) e o realizado numa tenda de circo ou em um canal de TV com transmissão nacional. A questão, mais que teológica, é midiática" (Alencar, 2010, p. 133).

As ADs proibiram a partir da década de 50 o aparelho de TV nos lares de seus seguidores que somente tiveram uma "liberação" oficial nos anos 2000. Atualmente, os assembleianos possuem conglomerados de rádio e TV, canais, programas diversos, se preocupam com a capacitação de seus líderes, também com a profissionalização do trabalho religioso-midiático[12]. As tensões quanto ao comportamento ascético do crente diante das mídias deixaram de protagonizar os debates nas ADs, hoje os embates são de caráter político, disputas internas por poder no campo pentecostal envolvendo interesses na política eleitoral ou no mercado:

> Neste terceiro período (1988 a 2011), não existe o debate se pode ou não pode: se usa ou não usa Rádio, TV e similares. A dúvida "teológica" foi substituída por uma questão instrumental; não se discute mais o *se*, mas o *como* usar. Ou mais ainda, política e economicamente, *contra quem*. A mídia assembleiana não se alimenta mais da polêmica contra o catolicismo ou demais igrejas evangélicas, atualmente têm outros

12. Um exemplo dessa preocupação é a Faculdade Boas Novas, vinculada à Rede Boas Novas da Assembleia de Deus em Manaus (AM), que desde 2005 oferece cursos de graduação em Jornalismo, Publicidade, Propaganda, e Ciências Teológicas.

> insumos. Polêmicas? Internas. Ministérios *versus* Ministérios, congressos *versus* congressos, gravadoras *versus* gravadoras, editoras *versus* editoras (Alencar, 2013, p. 243).

O processo de midiatização das ADs aponta que o evangelismo deixou de ser o alvo principal desde 1930. A presença dos pentecostais na mídia ultrapassa os espaços da programação religiosa: cantores *gospel* em programas de auditório da TV, pastores em programas de bate papo não mais provocam estranhamento aos crentes, nem à sociedade. O temor dos primeiros debates sobre mídia na CGADB era a secularização, isso foi se desmitificando no percurso da midiatização das ADs que foram flexibilizando suas regras e seus costumes, hoje muito diferentes do início do século XX. Assim também, houve certa "pentecostalização" da televisão brasileira. A partir dos anos 80, as transformações da ascese assembleiana passaram a ser mais visíveis e discutidas na sociedade em geral e nos meios acadêmicos. Após anos 2000 os efeitos radiais desse processo já se faziam notáveis na economia, com a ascensão da cultura gospel, e, mais expressivo, na política, com a articulação em bancada parlamentar e projetos de candidaturas institucionais.

As ADs chegam ao século XXI com uma configuração bastante complexa, o novo contexto da sociedade midiatizada agrega novas lógicas de funcionamento aos sistemas sociais, os vínculos são menos institucionais e mais autônomos. A popularização da internet e o aumento da capacidade de adquirir dispositivos tecnológicos com acesso à Rede reconfiguraram a comunicação interpessoal: "as lógicas do vínculo social já não estão onde nós havíamos acostumado a buscá-las" (Verón, 2013, p. 276). A experiência religiosa tornou-se independente do espaço do templo ou do programa de TV, e não se limita mais ao momento do culto. O religioso pode definir seu tempo-espaço de adoração, o modo como realiza seu culto, seus louvores, seus estudos bíblicos, a mensagem que deseja ouvir, tudo por meio da internet que disponibiliza esses materiais e, inclusive, propicia ambientes de socialização religiosa, comunidades seletivas de acordo com os perfis

e interesses de cada um. Pela internet, o proselitismo é menos acentuado que na TV e rádio, acentua-se um senso de identificação moral e político-social, entretanto, sem desconsiderar a causa religiosa.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. 2010. *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 187 p.

_____. 2013. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 383 p.

ARAÚJO, I. 2014. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. 3ª impressão. Rio de Janeiro: CPAD, 944 p.

CAMPOS, L. S. 2004. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. *Revista USP*, nº 61: 146-163.

DANIEL, S. 2004. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 692 p.

FRESTON, P. 1993. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment.* Campinas, SP. Tese de doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. 303 p.

GOMES, A. M. S. 2003. *As ondas do evangelho: Introdução à História do Rádio Evangélico no Brasil*. Dissertação apresentada à Coordenadoria Geral de Pós-Graduação do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil para a obtenção do título de Mestre em Teologia. Rio de Janeiro, RJ. Faculdade Batista do Rio de Janeiro. 204 p.

JAMBEIRO, O. 2002. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 261 p.

MENSAGEIRO DA PAZ. 2011. Resolução do ELAD de 1999 Ratificado na 40º AGO em Cuiabá. N°. 1.512. CPAD, Rio de Janeiro, maio, p. 6.

ORLANDI, E. P. 2007. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 181 p.

RODRIGUES, A. D. 2016. *Afinal o que é mídia?* Disponível em: http://www.ciseco.org.br/index.php/artigos/279-afinal-o-que-e-a-midia. Acesso em 05/10/16.

STOLOW, J. 2014. Religião e Mídia: Notas sobre pesquisas e direções futuras para um estudo interdisciplinar. *Religião e Sociedade*. 34 (2): 146-160.

VERÓN, E. 2014. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matizes*. V. 8 - Nº 1: 13-19.

_____. 2013. *La Semiosis Social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 447 p.

_____. 2011. Midiatização, novos regimes de significação, novas práticas analíticas? In: FERREIRA, G. M., SAMPAIO, A. e FAUSTO NETO, A. (orgs.). *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: EDUFBA, p. 17-25.